

A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS PELO MOVIMENTO CAMPONÊS: AS EXPERIÊNCIAS DO MST

THE CONSTITUTION OF EDUCATIONAL SPACES BY PEASANT MOVEMENT: THE MST EXPERIENCES

Laudemir Luiz Zart¹
Loriége Pessoa Bitencourt²
Leda Gitahy³

RESUMO: Refletimos sobre a proposição e as experiências de espaços educacionais constituídos e institucionalizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e como estes representam uma caminhada para a organização e sistematização da filosofia pedagógica e científica na perspectiva social emancipatória. Temos como objetivo descrever características de quatro destas iniciativas para entendermos a configuração das concepções e das práticas relativas à ciência, à tecnologia e ao processo de construção de referenciais para a educação do campo. Demonstramos que as concepções epistemológicas e as atitudes políticas estão entrelaçadas na leitura de mundo e nas práticas sociais que configuram a existência camponesa. Como metodologia, utilizamos a revisão bibliográfica e documental, a observação de campo nos espaços educacionais onde selecionamos alguns educadores e lideranças do MST para entrevistar. Como resultado, evidenciamos os fundamentos gnosiológicos, metodológicos e político-educacionais que orientam o pensamento pedagógico e as ações educativas na ENFF, ITERRA, IEJC, CEAGRO e do CEEPATEC.

PALAVRAS-CHAVE: educação do campo, movimentos sociais, ciência e tecnologia.

¹ Doutor em Política Científica e Tecnológicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto VIII, lotado na Faculdade de Educação e Linguagem (FACEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso - Cáceres, MT, Brasil. laudemirzart13@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta VII da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres- MT, Brasil. Lotada na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FACET) e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da mesma universidade. lori.pessoa@hotmail.com

³ Doutora em Sociologia pela Uppsala Universitet Professora Doutora MS 3 da Universidade Estadual de Campinas. Membro da Comissão de Pós-graduação em Política Científica e Tecnológica da UNICAMP. leda@ige.unicamp.br

ABSTRACT: Reflecting on the proposition and the experiences of established and institutionalized educational spaces by the Landless Workers' Movement (MST) and how they represent a walking to the organization and systematization of pedagogical and scientific philosophy in emancipatory social perspective. We aim to describe characteristics of four of these initiatives to understand the configuration of conceptions and practices related to science, technology and the process of building reference for the rural education. We demonstrate that the epistemological conceptions and political attitudes are intertwined in reading the world and social practices that configure peasant existence. The methodology used bibliographic and document review, field observation in educational spaces and interviews with educators and leaders of the MST. As a result we evidenced the gnosiological, methodological, political and educational foundations guiding the pedagogical thinking and educational actions in ENFF, ITERRA, IEJC, CEAGRO and CEEPATEC.

KEYWORDS: rural education, social movements, science and technology.

Introdução

Para efeito deste artigo explicitamos que compreendemos por espaços educacionais as institucionalidades construídas a partir das experiências de formação e de educação que o movimento social do campo foi constituindo, em especial o MST. Este processo implica a delimitação de referenciais teóricos, que são interpretações metodológicas e epistemológicas da educação; das práticas pedagógicas pelas quais vão se forjando métodos e técnicas de aprendizagem e de ensino; da organização coletiva dos trabalhos de produção social do conhecimento e, por isso, de uma concepção de pesquisa, de ciência, de tecnologia e de educação que o movimento social do campo, em parcerias com as universidades e entidades públicas vão elaborando e refazendo ao longo da história estruturante de uma nova práxis educacional para os sujeitos, homens e mulheres, do campo.

Apresentamos e debatemos a seguir as experiências educacionais camponesas.

Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é um espaço de formação e educação instituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST) no ano de 2005. Está localizada no município de Guararema na Região Metropolitana de São Paulo.

A ENFF, além de se constituir num espaço de formação para a militância dos/as camponeses/as que integram não somente o MST, mas também a Via Campesina, é também um centro formador que agrega militantes de outros movimentos sociais. Os movimentos sociais que se agregam em torno da ENFF são os que se aproximam da perspectiva da teoria social da luta de classes e que tem como horizonte a crítica aos processos de dominação e exploração dos/as trabalhadores/as e a construção de referenciais e experiências que promovem ou tendem para a transformação social tanto das estruturas sociais quanto da consciência social das classes sociais subalternas.

Por se colocar nesta filosofia, a própria escola foi pensada e construída pelas mãos dos/as trabalhadores/as Sem Terra. Foram mais de 1.100 trabalhadores/as que se dedicaram na edificação, que começava na fabricação dos tijolos em solo cimento nas próprias dependências da escola. Como explicou Adelar Pizetta, do setor de educação do MST, em visita à escola que realizamos em 2008, *“os trabalhos manuais de construção não se desvinculavam dos trabalhos intelectuais de pensar e de avaliar os processos de organização e dos resultados do trabalho coletivo. Os/as camponeses/as organizados/as em brigadas passaram por processos formativos que envolviam a alfabetização, técnicas de construção e da organização coletiva do trabalho”* (ENTREVISTA, MAIO DE 2008).

Pensada e executada a partir da filosofia da práxis, a ENFF traz o trabalho como um princípio educativo e organizador do trabalho associado (TIRIBA, 2001). Foi assim na construção do prédio e é assim na manutenção e desenvolvimento dos cursos, envolvendo brasileiros e/ou estrangeiros. É o espírito de gerar a autonomia auto-organizativa dos/as trabalhadores/as que exigem a disciplina da organização individual e coletiva dos tempos e dos espaços de trabalho e de estudo.

A ENFF representa para o MST um centro de convergência de forças sociais e de intelectuais comprometidos/as com as lutas sociais emancipatórias, sejam a favor da reforma agrária, de projetos de educação de jovens e adultos, de cursos nas áreas do cooperativismo, de planejamento e de gestão dos assentamentos, e/ou dos cursos de formação em ensino superior em universidades brasileiras. Estes cursos de graduação representados na Pedagogia da Terra, na Agronomia, no Direito, na História, na Veterinária, são exemplos de irradiação da necessidade de formação de profissionais técnicos e militantes que se agregam nas lutas sociais e que sejam organizadores dos trabalhadores

para a geração de respostas aos problemas concretos que são vivenciados pelos/as camponeses/as na economia, na cultura, na educação, na tecnologia.

Nestes termos, a ENFF não é somente e não se restringe ao espaço físico da escola em Guararema. Ela é antes um projeto estratégico de concepção dos processos político-pedagógicos e científicos que fundamentam as diretrizes para a educação da classe trabalhadora, contrapondo-se aos princípios educacionais liberais burgueses dominantes nas orientações do Estado brasileiro e do pensamento moderno ocidental. Neste sentido, os movimentos sociais do campo, em especial o MST, vivenciam cotidianamente um processo de contradição entre os princípios que afirmam e as realidades sociais e ideológicas hegemônicas.

A homenagem ao educador, sociólogo e político Florestan Fernandes (1920-1995) é a expressão de reconhecimento ao intelectual brasileiro, que além de ser da classe trabalhadora, enquanto origem social, optou nas suas ações políticas e acadêmicas, a desvendar e explicar as questões relativas às estruturas e às formações sociais, econômicas e históricas geradoras da exclusão social, tanto em termos de classes sociais quanto de grupos étnicos e culturais. Assim foi com os indígenas, com os operários, com os negros e com os camponeses e na luta por uma educação pública que servisse antes de tudo para o desenvolvimento democrático do Brasil.

Na concepção de Fernandes (1981, p. 7) “nenhum povo conquista a democracia como estilo de vida se não luta por ela de forma permanente e integral”. Esta acepção traduz a ideia política fundante dos movimentos sociais camponeses que têm como horizonte as mudanças das estruturas econômicas geradoras das desigualdades sociais, da transformação radical da questão agrária brasileira constituída nos princípios históricos do latifundismo brasileiro, concentradora das terras e das violências no espaço rural, com todas as implicações sociais de empobrecimento dos povos do campo. Empobrecimento não só na dimensão econômica, do não acesso a terra, mas da pobreza política resultante da não participação e do apadrinhamento; da pobreza cultural no sentido da negação das diversidades de experiências de organizações sociais, de valores éticos, de costumes e gostos das diferentes etnicidades constituintes da brasilidade; da pobreza educacional, devido às políticas públicas de desprezo à formação intelectual dos/as camponeses/as brasileiros/as, negando-lhes o acesso às letras, ao domínio das ciências e das tecnologias.

Este quadro histórico é o grande adversário dos movimentos sociais do campo. Uma realidade contraditória e complexa que carrega marcas socioculturais e econômicas profundas. A profundidade das marcas da domi-

nação e da exploração dos povos do campo é demandante de radicalidades da mesma forma profundas, que possam provocar, pelas mãos dos próprios excluídos históricos, a passagem da forma latifundista do meio rural para a forma de relações humanas embasadas na solidariedade, na cooperação, na agroecologia, na igualdade de gênero, no reconhecimento dos saberes e das experiências camponesas. Por isto, da radicalidade transformadora. O movimento da passagem, que é transitiva, carrega a perspectiva histórica da “utopia concreta” (BLOCH, 2005) do compromisso intelectual prático com a formação das pessoas e a configuração de espaços sociais, culturais e econômicos que sejam exemplares do concreto utópico, daquilo que se busca e que está ao mesmo tempo em construção. É o fazimento da “democracia autêntica” que na explicação de Fernandes (1981, p. 187) “é um estado de equidade social que confere a cada cidadão o dever de solidariedade para com os demais e o direito de exprimir essa solidariedade de acordo com as determinações de sua própria consciência cívica”.

Este processo político de organização dos movimentos sociais do campo, na afirmação da democracia autêntica, demanda intelectuais comprometidos com as lutas sociais. Para tanto, Florestan Fernandes provoca duas orientações importantes para aqueles/as que estão no campo sociológico de produção intelectual acadêmica e da inserção política. A primeira diz com a posição da objetividade da pesquisa científica e a segunda está relacionada com a atenção do intelectual com as temáticas referentes ao engajamento. No nosso entender a distinção didática entre as duas dimensões, a acadêmica e a política, não representam para o sociólogo e político Florestan Fernandes, a separação da política e da ciência, mas da constituição dialética, por isso complementar, de dois universos constituintes da sociedade humana.

Para a questão da objetividade, Fernandes (1981, p. 14) afirma que “se o investigador consegue ser objetivo, nos termos em que exige a observação, a descrição e a explicação científicas, as suas análises e interpretações podem converter-se em algo mais *radical* ou *revolucionário* que as implicações das ideologias divergentes” (grifos do autor). É porque este sociólogo se coloca na perspectiva da pesquisa engajada, que a descrição empírica dos fenômenos sociais e a explicação científica carregam o significado da radicalidade. Afinal o que pode ser mais radical num país como o Brasil em descrever e explicar os fenômenos e os processos históricos de exclusão socioeconômica e cultural dos povos do campo? A objetividade é a correlação da leitura que o cientista social realiza com os dados dos fatos sociológicos. Neste sentido, a ciência não se torna uma ideologia, ou um conhecimento abstrato e invertido da realidade,

mas a própria leitura da realidade, que reconhecida, não somente conhecida, torna-se um instrumento de luta social para a classe trabalhadora e os diversos grupos sociais e culturais.

É nestes termos que absorve a metodologia e a epistemologia marxiana e argumenta que “Marx elaborou todo um esquema conceitual e explicativo que permite relacionar os componentes mais profundos da ordem social com as ebulições mais dramáticas de identificação e repulsão, que eles provocam na atuação social consciente dos homens” (FERNANDES, 1981, p. 43). Esta é uma ciência, ou uma sociologia do conhecimento que permite a conexão entre o processo de produção social do conhecimento e das atitudes políticas dos atores sociais, causadoras da identificação ou repulsão ideopolítica. Porque os movimentos sociais do campo se identificam com Florestan Fernandes? A identidade não ocorre pela via da construção intelectual em descrever e explicar a história e a sociedade brasileira em termos dos fenômenos que estruturam as relações sociais de dominação e exploração? A correspondência dos movimentos sociais do campo com Florestan Fernandes, não se dão pelo caminho do compromisso intelectual em promover uma ciência, que ao explicar, é geradora de uma consciência social atuante de processos de transformação das estruturas, das formas e das histórias de subjugação das classes sociais trabalhadoras e dos grupos étnicos desculturalizados? É nestes termos que elucida que as construções conceituais de Marx são relevantes para as ciências sociais em países ‘subdesenvolvidos’, ou em conformidade com o novo clichê político-econômico ‘em desenvolvimento, ou emergentes’, porque “de um lado, elas ensinam como as coisas são. E de outro, mostram se existem condições para elas se transformarem e o que fazer para se assegurar esse objetivo” (FERNANDES, 1981, p. 43).

É no caminho de ‘o que fazer’ que Florestan Fernandes indica que numa sociedade de classes sociais e de processos de homogeneização dos diversos grupos étnicos, é que todos os cidadãos, mas entre eles “especialmente os intelectuais, precisam ter uma clara e firme noção daquilo por que lutam como condição mesma de sua segurança e de sua confiança nos critérios de opção ou de atuação social escolhidos” (FERNANDES, 1981, p. 178).

E por que lutam os camponeses e as camponesas? A sua luta é a reforma agrária e pelas transformações sociais que engloba a luta pela educação. E nesta há uma concepção de pesquisa que é desafiadora para a formação de intelectuais militantes que articulem a capacitação pessoal, sua capacidade de compreensão dos processos sócio-históricos, que é exigente de disciplinas individuais de dedicação às leituras teóricas para o aprofundamento dos en-

tendimentos das práticas sociais de inserção comprometida com o movimento social. Daí decorre o segundo compromisso forte da educação: a formação de competências políticas organizativas de processos coletivos empenhados na mobilização e associação da classe trabalhadora.

É neste sentido que Pizzeta (2007) traduz referenciais para a formação dos intelectuais militantes dos movimentos sociais camponeses. Afirma a formação como parte da luta de classes e desta forma “não basta o conhecimento da realidade. É necessário ir transformando a realidade, através das ações concretas” (PIZZETA, 2007, p. 93). A educação concebida como uma construção social coletiva que é efetivada através da práxis. É, portanto, exigente dos saberes teóricos e dos saberes práticos, transmutados em um saber sintético, isto é, que provoca a simbiose entre a teoria e a prática e, por conseguinte um novo saber, superior e mais complexo, ampliado em teoria e em prática. A formação entendida como:

[...] conceito político. Ela, a formação, prepara, elabora a teoria de que a luta é para transformar o impossível em possível. É a arte de fazer possível o que parece impossível hoje. Não como meros desejos, mas como formas de construir forças possíveis. [...] Deve ser preparada e implementada de forma dialética, articulando os diferentes saberes e níveis, com princípios, valores que colaboram na construção do projeto político com objetivos estratégicos. (PIZZETA, 2007, p. 94-95).

Mançano Fernandes (2001, p. 8) ao escrever uma obra sobre a pesquisa no MST, indica que a “educação, pesquisa e tecnologia estão estritamente ligadas”. A conectividade destas dimensões formativas provoca questões metodológicas e epistemológicas centrais para a construção da agenda de pesquisa dos movimentos sociais populares. A correlação pesquisar, gerar conhecimentos, compreender as realidades sociais para transformá-las, ou na lógica invertida, compreender a realidade transformada pelas ações e conquistas das lutas sociais no movimento da reforma agrária se faz presente em todas as proposições de formação. A concepção de pesquisa é fortemente embasada na décima primeira tese de Marx ad Feuerbach “os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, importa é transformá-lo” (MANÇANO FERNANDES, 2001, p.8). Esta tese citada como epígrafe no texto de Mançano Fernandes é orientadora dos compromissos da pesquisa no MST, alinhando a formação teórica e a prática social crítico-transformadora.

Ao ligar a educação, a pesquisa e a tecnologia, a agenda de pesqui-

sa do MST, tanto para os cursos pós-médios, para a graduação, quanto para as formações na pós-graduação, orienta para a inserção do pesquisador na realidade social concreta vivenciada pelos camponeses. A concepção orientadora é da pesquisa participativa, não no sentido restrito do método, mas na construção epistemológica do conhecimento, isto é, na relação dialógica entre os sujeitos cognitivos, portanto, numa caminhada de co-compreensão dos fenômenos sociais resultantes das mudanças “socioterritoriais”, conforme expressa Mançano Fernandes, e neste sentido afirma, “pesquisar é fundamental para compreender as novas realidades criadas na luta e na resistência. Por meio da pesquisa, o Movimento procura entender melhor as transformações que causa com suas ações, contribuindo com a construção de uma sociedade justa e igualitária” (MANÇANO FERNANDES, 2001, p. 8).

Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC)

O Instituto de Educação Josué de Castro foi criado em 1995⁴ e está localizado em Veranópolis na Região Serrana do Rio Grande do Sul. É uma escola de educação média e profissional, que objetiva a promoção de processos educacionais que combinam a escolarização, dedicando tempos e espaços para a educação geral, bem como, a formação de militantes dos movimentos sociais do campo. Os cursos de ensino médio desenvolvidos nesta escola atendem às demandas peculiares das realidades do campo brasileiro, mais especificamente, às que resultam das lutas sociais que têm a reforma agrária como objetivo prioritário.

O nome da escola, Josué de Castro, é uma homenagem que o MST presta ao cientista social brasileiro comprometido com as causas populares. É um préstimo não simplesmente pelas pesquisas científicas desenvolvidas, pelos livros escritos e artigos publicados, que em si é uma atitude científica normal. Mas vai além, pois as atitudes que merecem destaque são aquelas que se somam às atitudes da ciência normal, às do homem que produziu conhecimento inserido na realidade de fome da sua terra, o Nordeste. Josué de Castro não é um descritor frio e distante da sofrida realidade de pobreza do povo. É um homem cientista-político, que se empenhou na construção de soluções de superação das razões causais da fome. Reconhece o MST que Castro: “foi um homem completo e totalmente dedicado às causas do povo. Estudioso e

⁴ O ITERRA foi criado 10 anos antes da ENFF.

conhecedor profundo da realidade brasileira, colocou desde o princípio seus conhecimentos científicos a serviço da defesa da vida e da justiça social” (MST, 2004, p. 53).

O MST mantém a sua memória porque Josué de Castro, além de outras qualidades civis e científicas

[...] defendia a Reforma Agrária como forma de acabar com a fome e a miséria do nosso povo. E ele sabia que para levar adiante esta luta era preciso que o povo pobre do campo fosse o primeiro a se ganizar. Por isso foi um grande incentivador da organização camponesa e contribuiu diretamente com as Ligas Camponesas do Nordeste [...]. (MST, 2004, p. 54).

As primeiras ações educacionais do IEJC estão direcionadas para a formação de educadores/as para o ensino fundamental. Esta necessidade provém dos processos de ocupação de terras, quando as famílias formam os acampamentos e traduzem como uma das preocupações fundamentais da sua existência a educação dos/as filhos/as. Desta forma, a educação se entranha com a luta pela terra (CALDART, 1997). Quando nos acampamentos e na ausência das escolas e das dificuldades próprias de um movimento social em luta política e ideológica aberta, os limites para o acesso às instituições escolares se acentuam. É nesse momento que há a mobilização e organização das famílias para promover a continuidade das aprendizagens das crianças. O movimento consegue criar meios para a educação e, geralmente, a barraca de palha ou de lona para acolher a escola está no centro do acampamento, no lugar mais importante. Mas quem irá ensinar? Na ausência de professores/as formados/as, na ausência do Estado, assumem aquelas, gênero feminino, porque são as mulheres que se dedicam prioritariamente com a educação das crianças. Mas estas não têm formação profissional, não são educadoras, no sentido oficial do conceito, mas são as que promovem a continuidade dos estudos e, por esta razão, a necessidade de criar espaços de formação formal para profissionalizar as educadoras leigas que educam nas escolas dos movimentos sociais.

Quando da passagem do acampamento para o assentamento esta realidade não é modificada substancialmente. Primeiro, porque no assentamento ainda não tem escola, então esta é mais uma luta. É preciso conquistar a instituição escolar, fazer com que o poder público reconheça a necessidade e a legitimidade da educação dos filhos e das filhas de trabalhadores/as camponeses/as que se forjaram sujeitos políticos nas relações de resistência e de conquistas no movimento camponês. Então, a escola, que é reivindicada não

pode ser qualquer, ela deve estar em correspondência com os objetivos e os projetos dos camponeses assentados. Mas que escola será esta? Decorre desta demanda a necessidade de educadores/as que estejam correlatos/as com os princípios pedagógicos do movimento. Mas onde estão estes/as educadores/as? Estas questões levam o MST a constituir em 1987 o Setor de Educação, que tem a sua origem na “Equipe de Educação que se constituiu no Acampamento da Fazenda Anoni, especialmente após a legalização de sua escola em 1987, que começaram as discussões e as tentativas de buscar parcerias para viabilizar a titulação de pessoas das próprias áreas de Reforma Agrária” (CALDART, 1997, p. 62 – 63).

Foi nesta ambiência de lutas pela reforma agrária que o movimento se põe em marcha para a conquista de espaços educacionais para a formação de educadores/as. A primeira estratégia foi a busca de parcerias com instituições e entidades educacionais públicas para a promoção de ações de formação. Esta tentativa tornou-se inócua, porque o movimento não conseguiu a adesão parceira de nenhuma entidade. Em decorrência desta não presença das institucionalidades públicas para a promoção da educação e da formação, os movimentos sociais do campo articularam a criação, segundo Caldart (1997), da Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa da Região do Celeiro (FUNDEP) com sede em Braga, no Noroeste do Rio Grande do Sul. Nesta fundação, instalou-se o Departamento de Educação Rural (DER) que gestou e implantou em 1990 o primeiro curso médio normal para a formação de professores/as.

A FUNDEP é uma instituição de caráter educativa que foi criada em agosto de 1989, articulada por movimentos sociais populares. Desses movimentos destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Central Única dos Trabalhadores (CUT); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); o Movimento Indígena e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). A FUNDEP é instituída com o objetivo fundamental de atender às demandas e necessidades de educação e escolarização das classes populares do campo ligadas à luta pela reforma agrária e pela melhoria das condições de vida da população do campo. A metodologia e a epistemologia desta organização popular têm como ponto de partida da formação educacional e escolar a origem social dos/as educandos/as, orientados pelo lema: terra de educar. Como está direcionada para a formação profissional de camponeses/as e organizada pelos movimentos sociais, são estes que definem o perfil dos/as educandos/as a integrarem os processos formativos: filhos/as de agricultores familiares, sem terra, arrendatários, acampados, assentados, atingidos por barragens,

indígenas, enfim, dos povos do campo.

Além da necessidade de formação de profissionais na área da educação, surgem as demandas com a concretização dos assentamentos de profissionais que colaborassem e atuassem na organização socioeconômica associativa da produção. Esta é uma demanda apresentada pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) que gestaram, em parceria, a criação do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), sediado em Veranópolis. O ITERRA passa a ser a mantenedora do IEJC.

A criação do ITERRA é uma estratégia que visa “dar conta da grande demanda de formação e capacitação dos seus quadros em várias áreas, tais como a gestão e administração de cooperativas, educação, saúde, comunicação” (ITERRA, 2004, p. 12). Estão associadas a estas, a estratégia de celebrar convênios com universidades para a formação de profissionais envolvidos e empenhados na resolução das questões camponesas. Com esta visão institucional ocorre a ampliação dos campos formativos e o atendimento das demandas apresentadas, destacando-se os cursos de Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e o de Saúde Comunitária e de Comunicação Social. Salientamos, ainda, que com a criação do ITERRA os cursos de magistério a partir da sexta turma em 1997, começam a funcionar na sede do instituto instalado numa área de ex-seminário cedida em forma de comodato pela Congregação dos Padres Capuchinhos.

Além do ensino médio, as experiências educativas do IEJC passam pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação superior. Esta última resulta da demanda de continuidade dos estudos e da formação de professores para o campo. Foi assim que a primeira turma da Pedagogia da Terra iniciou em 1998 e se formou em 2001, por meio de convênio do ITERRA com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). A segunda turma da Pedagogia da Terra se formou em 2002 na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a terceira turma foi formada pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em 2003.

Centro de Desenvolvimento Sustentável de Capacitação em Agroecologia (CEAGRO)

O Centro de Desenvolvimento Sustentável de Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) é resultado de esforços conjuntos de organizações sociais da região Centro-Oeste do Estado do Paraná. É uma conquista da luta dos

trabalhadores rurais sem terra, ligados ao MST e tem sua origem na retomada da luta pela terra no Paraná.

Possui duas unidades de atuação, sendo uma em Cantagalo, nos Assentamentos Jarau e Ouro Verde, numa área de 124 ha, denominada Unidade Cavaco e uma em Rio Bonito do Iguazu, no Assentamento Ireno Alves dos Santos, numa área de 232 ha, Unidade Vila Velha. Há ainda a sede administrativa na cidade de Cantagalo e o Departamento de Promoção de Empresas Sociais (DEPES) em Laranjeiras do Sul.

É o primeiro Centro/Escola criado em 1993 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Paraná, atendendo a demanda de espaços próprios de formação e de aplicação da pedagogia do movimento. O Centro foi criado com a finalidade da formação de militantes e dirigentes para o MST, passando a constituir, deste modo, um espaço de capacitação, formação e de experimentação na área de pesquisa agroecológica, animal e vegetal, junto aos trabalhadores das organizações sociais do campo ligado a Via Campesina. Como está expresso em documento de fundação “sua estratégia está voltada para a formação política, agroecológica e cooperativista dos agricultores e agricultoras em vista da sustentabilidade da agricultura camponesa, visando à construção de um novo modelo tecnológico que seja economicamente viável, energeticamente sustentável, e que coloque o ser humano como parte da natureza e os mesmos possam viver interligados” (CEAGRO, 2007).

No campo da experimentação, a partir do ano de 2003, adotou-se na área do centro, a produção agroecológica como forma de contrapor ao modelo do agronegócio. O foco fundante é na agroecologia por se entender que esta é um modo de vida e uma forma prática de resistência e de enfrentamento do sistema de produção baseado no uso do agroquímico, entenda-se o agronegócio. Como organização de unidades demonstrativas e pedagógicas, o CEAGRO desenvolve cursos técnicos e atividades práticas ligadas a agroecologia, como PRV (Pastoreio Racional Voisin), sistemas agro-florestais, permacultura, agroindustrialização, apicultura e turismo.

Os organizadores do CEAGRO compreendem que este é um lugar que se destina a contribuir no desenvolvimento da agricultura camponesa. Sua estratégia está voltada para a formação agroecológica dos agricultores e agricultoras em vista da sua sustentabilidade econômica e ambiental. Tem como objetivo mais amplo, a construção de uma nova matriz tecnológica que “seja economicamente viável, energeticamente sustentável, e que coloque o ser humano como parte da natureza e os mesmos possam viver interligados” (CEAGRO, 2007, p. 8).

Seu objetivo fundante é a capacitação técnica e político-organizativa para a formação de técnicos militantes com valores humanísticos, capazes de interferir na realidade para transformá-la. O CEAGRO tem como referência na formação toda a classe trabalhadora do campo, especialmente, pequenos agricultores, assentados e seus filhos e filhas.

Como demonstra Pawlak (2010), os campos específicos de atuação do CEAGRO destacam-se quatro núcleos articuladores: a) qualificação técnica e formação política, organizativa e cultural; b) mudança da matriz tecnológica; c) mudança do modelo econômico e d) articulação política.

Para a consecução destes objetivos são desenvolvidos cursos, atividades produtivas e pesquisas agropecuárias, tanto nas duas áreas próprias do CEAGRO quanto em toda a região de abrangência de ação, através de projetos específicos e dos próprios educandos que estão diretamente envolvidos nos assentamentos e comunidades de pequenos agricultores para promover a produção agroecológica e o trabalho cooperado.

Uma atividade formativa marcante no CEAGRO é o Técnico Pós-Médio em Agroecologia, que tem parceria desde 1993 com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) e também com o Instituto Federal do Paraná. O foco desta atividade formativa está na qualificação técnica e política de jovens camponeses provenientes dos assentamentos de reforma agrária. Têm nos processos de auto-organização dos estudantes e na pesquisa como princípio educativo princípios pedagógicos fundantes das relações entre a aprendizagem e o ensino.

O quadro formativo se coloca nos referenciais sociais da necessidade de gerar tecnologias adequadas para o desenvolvimento da economia camponesa, da escolarização e da formação técnica, da produção coletiva do conhecimento, da interação escola-comunidade, educação-trabalho. Por isso,

[...] a importância da criação de um curso que tenha como proposta um modelo tecnológico, mais adequado às características e potencialidades da agricultura camponesa, tais como: pequena escala de produção, policultivo, integração entre a produção vegetal e animal, uso intensivo da força de trabalho, e reduzidos custos de produção e que seja energeticamente sustentável respeitando o meio ambiente. (ET-UFPR/CEAGRO, 2006, p. 4).

Para efetuar atividades educativas direcionadas à formação para a dimensão da cooperação, as direções do MST juntamente com o CEAGRO estão desenvolvendo uma parceria de intercooperação para a gestão estratégica de

cooperativas com a Corporação de Cooperativas de Mondragon (MCC) complexo de cooperativas do País Basco, Espanha. Para Pawlak (2010):

A necessidade está assentada no desenvolvimento do cooperativismo sobre bases mais sólidas, já que as cooperativas montadas a partir dos primeiros assentamentos tiveram sérios problemas de constituição e condução, criando muitas arestas que interferem na dinâmica atual dos assentamentos e do MST como um todo. Além de outros trabalhos dessa parceria, está em andamento o curso de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, sob acompanhamento direto de integrantes das Cooperativas de Mondragon, em busca da mundialização da luta (PAWLAK, 2010, p.19).

Desta forma, o CEAGRO é mais um dos importantes espaços constituídos pelo MST na busca de formação para o enfrentamento das questões hegemônicas.

Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás (CEEPATEC)

O CEEPATEC está integrado ao Assentamento 17 de Abril localizado no Distrito de Nova Casa Verde no município de Nova Andradina do Estado de Mato Grosso do Sul. O centro traduz como preocupação geral a formação dos/as trabalhadores/as em diversas áreas de conhecimento no campo da ciência, da tecnologia e da cultura. Para tanto se organiza em eixos temáticos que explicitam objetivos em conformidade com as orientações e mobiliza grupos de pessoas que se articulam para a efetividade de atividades formativas. Os eixos centrais são: a) a organização do trabalho associado e de tecnologias alternativas; b) o desenvolvimento econômico e social c) a saúde, a partir do conhecimento das plantas medicinais; d) a formação com base nas experiências e nos saberes camponeses; f) realização e aprendizagens com base em atividades culturais (CEEPATEC, 2007). Para explicitar alguns objetivos vamos discutir os itens 'a', 'b' e 'd'.

Em relação à organização do trabalho associado, o desenvolvimento econômico, social e de tecnologias alternativas, o foco está no processo que procura estimular e apoiar formas associativas dos trabalhadores. A perspectiva é o fortalecimento das concepções e das práticas camponesas para a constituição da cultura de cooperação. Este é um princípio político e pedagógico que necessita ser experimentado em espaços concretos de vivência dos/as

camponeses/as. A aprendizagem camponesa ocorre fundamentalmente numa relação de observação direta, objetivada, traduzida no lema: “ver para crer”. Esta postura de desconfiança-confiança é resultante de ações de Estado que no Brasil gerou inúmeras experiências de promessas frustradas em relação à economia camponesa. Na nossa avaliação, o abismo entre as propostas de programas governamentais e as necessidades reais das organizações camponesas resulta das concepções equivocadas, tanto em termos acadêmicos quanto da tecnocracia do Estado do significado e das implicações camponesas. Esta situação, além da desconfiança dos camponeses em relação às possíveis alternativas inovadoras, gerou um conjunto de conhecimentos científicos e tecnológicos que são inadequados para a economia camponesa, seja ela na agricultura, na pecuária ou na organização econômica e social. Este quadro leva os movimentos sociais camponeses a organizar sistemas de formação e de produção de conhecimentos alternativos, tendo como objetivo a aproximação das realidades dos camponeses.

Um dos processos constituintes desta proposta é o desenvolvimento de tecnologias alternativas que tem como fundamento a preservação do meio ambiente. Destarte toda a organização da política de ciência e de tecnologia do Brasil, que para a área rural se assenta no modelo de modernização do campo, que tem como resultado uma variada gama de produtos que são oferecidos no mercado e dominados por empresas multinacionais, como as sementes híbridas e transgênicas, as máquinas e os implementos agrícolas, os investimentos na produção da ciência e da tecnologia em modernos laboratórios montados em universidades e em empresas privadas que controlam os fluxos agrícolas e não-agrícolas, tanto a montante quanto a jusante, e que na atualidade mercantil recebe a nomenclatura de agronegócio. É num cenário macrosociológico contrastante que os movimentos sociais camponeses propõem a construção de tecnologias alternativas que estejam em correlação com os princípios de conservação dos solos, da diversidade da flora (cerrado, florestas) e da fauna, das fontes e dos cursos hídricos, das sementes crioulas, dos saberes e das experiências tradicionais camponesas, enfim, dos agroecossistemas.

É nesta direção que se assenta outro propósito, que é o incentivo ao desenvolvimento da agricultura agroecológica e orgânica. A agroecologia compreendida na linha teórica de Altieri (2002) uma ciência que estabelece princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar e avaliar os agroecossistemas. O princípio científico ainda é afirmado porque se aproxima das concepções de um desenvolvimento integrado de sociedade. Neste sentido, a agroecologia vai além do campo técnico, embora o incorpore, porque in-

vestiga e analisa os elementos fundamentais de manutenção e preservação da biodiversidade. Esta assertiva metodológica e epistemológica incorpora as dimensões práticas da conservação dos recursos bióticos e de proteção da qualidade ambiental. Não restrita às dimensões biofísicas, a agroecologia estuda a cultura, reconhece e valoriza os conhecimentos populares além das relações sociais, isto é, tem como objeto de análise um todo consistente na perspectiva de uma agricultura sustentável.

Nesta mesma linha teórica estão Caporal e Costabeber (2004, p. 47) para os quais a agroecologia é um “enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis”. Neste sentido, é compreensível o processo de implantação de experiências, de observação e de aprendizagens pelas organizações camponesas. Se por um lado tivemos com a modernização da agricultura, uma dinâmica histórica que desapropriou os camponeses dos seus saberes, temos por outro lado um movimento histórico que se contrapõe e que afirma a cultura camponesa na sua tradição de produção, de sociabilidade e de conservação da natureza. A tradição que se afirma nos movimentos sociais camponeses é a constituição de conhecimentos que se embasam na elaboração científica, portanto, não a tradicionalidade conservadora, estática e fechada, mas uma tradição que se inova a partir das experiências endógenas e que se abre para o novo aprender e fazer. Neste sentido, afirma Alessandra Morais Silva, assentada e cooperadora do CEEPATEC,

E1: [...] um dos principais objetivos é que ele seja um centro de referência de estudo e pesquisa, porque para os trabalhadores e para as trabalhadoras é muito difícil a gente trabalhar com coisas abstratas, só falando. Então para nós é fazermos um centro que seja referência tanto na produção, quanto na educação, quanto na área da cultura. (ENTREVISTA DIA 22 DE AGOSTO DE 2010).

Este conhecimento não está pronto nas universidades e sequer está sob o domínio dos/as camponeses/as. É um conhecimento que requer o tempo longo de aprendizagem tanto conceitual quanto prático. A longevidade da aprendizagem agroecológica está ligada ao mesmo tempo na cultura das pessoas, portanto, nos seus valores morais e cognitivos, quanto ao tempo da natureza, que é um tempo longo, tempo de conservação e de recuperação dos solos, por exemplo. A ideia do tempo longo é fundante da proposição da transição agroecológica.

Na área da produção, conforme Bonfim (2010), o principal objetivo é o de desenvolver a construção de um modelo de produção agroecológico de modo que possibilite o fortalecimento da agricultura familiar, bem como consolidar o CEEPATEC como uma estrutura coletiva de referência, tanto no assentamento quanto na região em relação à produção, pesquisa, estudo, formação e capacitação das famílias camponesas.

Para dar resposta a esse objetivo a metodologia utilizada é a de constituição de unidades de produção agroecológicas, que tem como base de execução o princípio da cooperação agrícola. A implantação das unidades de produção agroecológicas e de cooperação. Desta forma, ainda indica Bonfim (2010) que, a articulação e a implantação de um centro de formação e de pesquisa num assentamento possibilitam a compreensão de forma mais ampla das realidades dos assentamentos, além de poderem analisar e perceber como as infraestruturas devem cumprir funções nas dimensões econômica, social, cultural e ideológica. A organização está voltada para o conjunto do assentamento de modo que este processo de reflexão, de experiências e avaliações leva à constatação coletiva das potencialidades das estruturas enquanto mecanismos de ordem produtiva e educativa, e que a utilização é geradora de renda e afirmação do campesinato nos assentamentos a partir de sua práxis cotidiana.

O segundo objetivo explicitado é a promoção do desenvolvimento econômico e social dos associados e assentados, bem como para outras categorias de trabalhadores. O desenvolvimento econômico sustentável dos assentamentos é um dos grandes desafios enfrentados nos processos de reforma agrária. Este desafio torna-se maior quando são colocados parâmetros da agroecologia para a superação do modelo modernizador. O desafio se destaca porque há a necessidade do enfrentamento de problemas que estão relacionados por um lado com terras degradadas que foram herdadas da estrutura do latifúndio que se embasou em atividades agrícolas e/ou pecuárias de degradação dos solos, de assoreamento dos rios e de destruição das florestas. Os solos pobres é um fator limitador de produção para os assentados.

Um segundo conjunto de desafios, para o desenvolvimento econômico dos assentamentos está no âmbito das referências teóricas e práticas da economia solidária. Os limites para a cooperação empreendedora estão ligados à cultura camponesa, valendo dizer que os camponeses provêm de uma cultura de organização individual, ou de organização do trabalho no âmbito familiar. As demandas no assentamento, quando não se tem o propósito da pura repetição da cultura anterior, é a passagem para atitudes individuais e coletivas que se embasam na organização cooperativada do trabalho, da

produção, do consumo, da comercialização. Esta mutação, quando orientada pela socioeconomia solidária é exigente de uma nova cultura organizacional que transgride os valores centrados exclusivamente na família e se estende para relações sociais e econômicas ampliadas. Neste caso, há a necessidade da aprendizagem de valores e de técnicas que estão em correspondência com organizações que se assentam em estatutos, normas, tempos, disciplinas e controles que não fazem parte da cultura cotidiana do camponês. Ao mesmo tempo em que há este estranhamento cultural, o MST faz a leitura da necessidade de uma organização social coletiva que desenvolve e viabilize a existência econômica dos assentamentos.

Bonfim avalia que:

[...] a iniciativa de implantação do Centro de Formação, constitui-se numa ferramenta de luta e aprendizagem, que se fundamentam nos princípios da socioeconomia solidária e da agroecologia, com uma visão holística da produção e das relações que a envolvem, sob a ótica participativa no processo da estruturação do coletivismo. (BONFIM, 2010, p. 39 - 40).

Assim, o CEEPATEC também representa um espaço educativo que passa ser uma estratégia formativa para os trabalhadores/as do Estado de Mato Grosso do Sul.

Considerações finais

A construção e consolidação dos espaços educacionais pelo movimento social camponês traduzem uma exigência histórica na caminhada emancipatória de classe social. É a afirmação da centralidade dos sujeitos sociais do campo no protagonismo na efetividade da produção social do conhecimento, de reconhecimento da cultura camponesa. Esta é compreendida como uma visão de mundo, um modo de vida e de produção.

Os espaços educacionais camponeses analisados resultam das lutas políticas de resistência propositiva dos movimentos sociais do campo. É a compreensão da necessidade de formação de intelectuais orgânicos da própria classe social para promover a mobilização e a organização libertadora dos homens e mulheres do campo. A educação é visualizada na perspectiva das possibilidades críticas e criativas que ao compreender as estruturas sociais de desigualdade e dominação vinculadas na questão agrária do Brasil, engendrem práticas sociais que rompem com tradição latifundista e caminham na direção

da cultura camponesa emancipatória.

Nestes termos, os espaços educacionais camponeses são as organizações para a formação de um pensamento social, filosófico e científico para o desenvolvimento da cultura e da economia camponesa. É a geração e socialização da consciência social de classe trabalhadora, portanto, de posição e de compromisso com o desenvolvimento integral do homem e da mulher do campo.

Os espaços educacionais camponeses é a prática pedagógica da práxis, da conjunção do trabalho manual e do trabalho intelectual. É a aprendizagem do trabalho como princípio educativo.

Referências

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BLOCH, E. *O Princípio Esperança* (Vol. I). (Trad. Nélio Schneider). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BONFIM, G. A. *Educação e Formação dos Camponeses Assentados na Comunidade Terra Viva: análise de práticas sociais e produtivas para o desenvolvimento da agroecologia e da socioeconomia solidária*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Cáceres/MT: UNEMAT, 2010.

CALDART, R. S. *Educação do Campo em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

CEEPATEC. *Projeto de Construção do Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás*. Nova Andradina/MS: CEEPATEC, 2007.

CEAGRO - DIREÇÃO POLÍTICA DO CEAGRO. *Estruturação CEAGRO - Extensão Vila Velha*. Rio Bonito do Iguaçu/PR: 2007.

ET-UFPR/CEAGRO - Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná e Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia. *Plano do Curso Técnico em Agroecologia – ensino médio, Turma 4 (integrado)*. Curitiba: Cantagalo, 2006.

FERNANDES, F. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ITERRA - Instituto de Educação Josué de Castro. Método Pedagógico. *Cadernos do ITERRA*, Ano IV, nº 9, Veranópolis/RS, 2004.

MANÇANO FERNANDES, B.. O MST e a Pesquisa. In: _____. Articulação de Pesquisadores do MST e Coletivo Político Pedagógico do Instituto Josué de Castro. *Cadernos do ITERRA*, Ano I, nº 3, Veranópolis/RS, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – Setor de Educação. *Educação no MST, Balanço de 20 Anos*. São Paulo: MST, 2004.

PAWLAK, C. *A Formação de Técnicos no Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia, Cantagalo – PR: um enfoque no papel da auto-organização e da pesquisa*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Cáceres/MT: UNEMAT, 2010.

PIZETTA, A. J. A Formação de Quadros Políticos: elaboração teórica, experiências e atualidade (p. 91-99). In: COLETIVO PEDAGÓGICO DA ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. *A Política de Formação de Quadros*. Guararema/SP: 2007.

TIRIBA, L. *Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2001.

Data de recebimento: 26.10.2016

Data de aceite: 26.06.2017